

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.941 - SP (2019/0300498-0)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : IVAN MARCOS DA SILVA E OUTRO
ADVOGADOS : IVAN MARCOS DA SILVA - SP305039
DANIEL APARECIDO ROCHA PINTO - SP300763
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ERIK DOS SANTOS LANATTI
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de ERIK DOS SANTOS LANATTI contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação n. 0011845-51.2018.8.26.0114).

Consta dos autos que o paciente foi condenado, em primeiro grau de jurisdição, à pena de 5 anos de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 (e-STJ fls. 304/332).

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação, o qual foi parcialmente provido para aplicar o redutor previsto no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006, razão pela qual a pena do paciente foi redimensionada para 3 anos e 4 meses de reclusão e multa, além de fixar o regime inicial semiaberto e substituir a pena privativa de liberdade por restritivas de direitos (e-STJ fls. 399/407).

O recurso especial interposto pela defesa não foi admitido na origem (e-STJ fls. 481/482) e o subsequente agravo em recurso especial encontra-se em fase de processamento no âmbito desta Corte, conforme é possível extrair do Sistema Justiça (AREsp 1.583.118/SP).

No presente *mandamus* (e-STJ fls. 3/26), os impetrantes sustentam que o acórdão impugnado impôs constrangimento ilegal ao paciente, pois o condenou pela prática do crime de tráfico de drogas com base em prova

Superior Tribunal de Justiça

ilícita, na medida em que a busca pessoal realizada por segurança por ocasião do ingresso em uma festa seria inconstitucional.

Superada a tese da ilicitude da prova, defendem que não há prova suficiente acerca da traficância, de forma que o paciente deve ser absolvido ou a sua conduta desclassificada para a prevista no art. 28 da Lei n. 11.343/2006, ou ainda, para a constante do art. 33, § 3º, do mesmo estatuto.

Por fim, apontam ilegalidade na redução da pena em fração intermediária, na terceira fase da dosimetria, pois não seria possível a utilização da natureza e quantidade das drogas para exasperar a pena-base e, concomitantemente, para modular o redutor.

Ao final, formulam pedido liminar para que a execução da pena imposta ao paciente seja obstada até o julgamento deste *writ* e, no mérito, pedem a concessão da ordem para que o paciente seja absolvido ou, subsidiariamente, para que a sua conduta seja desclassificada, ou ainda, para que o redutor seja aplicado na fração máxima legal.

É o relatório. **Decido.**

De início, o presente *habeas corpus* não comporta conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção do paciente.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência, sendo necessário aprofundado exame dos autos para aferição de eventual constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Superior Tribunal de Justiça

Suficientemente instruída a impetração, dispensei informações.

Dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

